

Governo diz que pagamento da dívida em 91 é simbólico

BRASÍLIA — O Brasil começará a pagar pequenas parcelas da dívida a partir de 1991, mas serão apenas pagamentos simbólicos, que representarão ao fim de três anos apenas US\$ 1,7 bilhão, pouco mais de 1% da dívida total e metade do que os bancos queriam. O *relanding* será feito com tetos mensais e anuais para a dívida do setor privado. As do setor público não entram neste teto, mas só serão permitidas para rolagens. Estas foram as explicações dadas ontem pelo ministro Maílson da Nóbrega a propósito da confusão gerada nos últimos dias pela divulgação do texto da *term-sheet*, a minuta do acordo com os bancos. O ministro sustenta que em nenhum momento se quis fazer segredo de um texto que foi distribuído aos 700 bancos credores e que não tem mesmo o destino de um documento reservado.

À tarde, os negociadores da dívida, diretor da dívida externa, Antonio de Pádua Seixas e o diplomata Sérgio Amaral em entrevista à imprensa explicaram alguns pontos obscuros que surgiram com a divulgação da minuta do acordo. "Não existe absolutamente nada que se queira esconder. O objetivo dessa entrevista é justamente esclarecer o que a imprensa considera necessário saber", disse Sérgio Amaral, enfaticamente, ao tentar explicar por que o governo não havia distribuído antes o protocolo do acordo.

O protocolo contém os termos da negociação entre o Brasil e os bancos credores, mas ainda não é o documento final sobre a questão. Com base na *term-sheet* serão elaborados os contratos que formalizarão oficialmente o entendimento entre as duas partes. Todos os aspectos do acordo, porém, estão contidos no protocolo. Os jornalistas quiseram saber ontem se uma versão em português havia sido preparada para o presidente da República, e os negociadores admitem que não. O ministro Maílson da Nóbrega explicou que o que necessariamente precisa ir ao presidente da República são os termos principais do acordo e não um documento técnico como a *term-sheet*.

Cronograma — Antonio de Pádua Seixas revelou detalhadamente o complicado cronograma de pagamentos e recebimento de recursos na área externa decorrente do acordo recém-concluído com os bancos. Assim que o acordo for assinado — em fins de setembro, segundo a previsão do governo — o Brasil irá receber US\$ 2 bilhões que ainda estavam pendentes referentes aos US\$ 3 bilhões prometidos pelos bancos no acordo interino firmado em dezembro de 1987. Com esses US\$ 2 bilhões e mais US\$ 1 bilhão a serem retirados das reservas internacionais do país, serão pagos os juros em atraso de fevereiro a 30 de setembro de 1987. Os juros de outubro a dezembro de 1987 haviam sido pagos com

parcela de US\$ 1 bilhão do acordo interino de dezembro e mais a utilização das reservas.

Ainda segundo Seixas, 20 dias após a assinatura do acordo o Brasil irá desembolsar a primeira *tranche* de US\$ 4 bilhões dos US\$ 5,2 bilhões de "recursos novos" concedidos pelos bancos. Deste montante, US\$ 3 bilhões serão utilizados para pagamento do financiamento feito pelo acordo interino de dezembro de 1987 e os US\$ 1 bilhão restante será incorporado às reservas internacionais.

Para pagamento dos juros da dívida com os bancos comerciais que vencem de junho até a efetivação do acordo — isto é, os juros dos meses de junho, julho e agosto, no valor total de US\$ 1,8 bilhão —, o governo conta com o empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões que está sendo negociado com os países desenvolvidos, além da utilização de US\$ 1,3 bilhão das reservas. Os juros dos meses de janeiro a maio deste ano, informou o diretor do Banco Central, foram liquidados com os recursos das reservas e a reposição de US\$ 300 milhões das linhas de empréstimos de curto prazo.

Durante a entrevista os dois negociadores procuraram rebater uma por uma as críticas feitas nos últimos dias aos termos do protocolo. Segundo eles, a vinculação dos desembolsos dos bancos com a realização de acordo ao Clube de Paris é apenas uma forma de deixar claro que os bancos não serão os únicos supridores de recursos. Sobre o *relanding* e o risco de que de novo as autorizações de reemprestimo sejam uma fonte de cobranças de comissões extras pelos bancos, como no passado, Pádua Seixas disse que estas distorções não se repetirão. Sérgio Amaral também rebateu a crítica de que está havendo elevadas transferências ao exterior, e que isto significa uma mudança de enfoque em relação à posição do início da Nova República. "O que houve foi uma mudança substancial na economia" disse, referindo-se ao aumento das exportações, "fator que permitiu a redução do pedido de financiamento dos bancos".

Depois de acusar o ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega de "incompetente como técnico e inidôneo no seu dever de prestar contas ao Congresso e à sociedade", o presidente da Comissão Especial do Senado Sobre a Dívida Externa, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) disse que, por suas atitudes, Maílson deveria "renunciar ou ser sumariamente demitido do cargo, por faltar com a verdade, comprovadamente, sonegar informações e ocultar documentos importantes sobre o acordo da dívida externa".